

Ano crucial na Justiça, Ano de eleições na Ordem

O ano de 2007 é essencial para a Justiça em Portugal. A agenda política tem um vasto campo de intervenção, assente num Pacto para a Justiça firmado entre os dois maiores partidos políticos. A Ordem dos Advogados participa em muitos desses projectos, com intervenção e análise crítica. Num ano em que vai a eleições.

Rogério Alves, hoje com 45 anos, está no último ano de um mandato que iniciou como o mais jovem bastonário de sempre. Nas últimas eleições, venceu entre três candidaturas, naquela que terá sido a campanha mais mediatizada da história da Ordem dos Advogados, com cobertura ampla de candidaturas que se digladiaram com uma agressividade que habitualmente ficava reservada a debates circunscritos. Não em 2004.

E não em 2007. No momento em que este Anuário estava a seguir para as gráficas, havia já várias candidaturas a bastonário em preparação, embora a maioria fosse apenas oficiosa. O mediático julgamento pelo Conselho Superior da Ordem ao ex-bastonário José Miguel Júdice criou no Verão de 2006 um "momentum" aproveitado por alguns críticos de Rogério Alves e chegou mesmo a falar-se em eleições antecipadas. Esse balão de polémica foi esvaziado mas poderá voltar a ser invocado quando o período de campanha para as eleições do final deste ano se tornar mais aceso.

Em 2007, haverá uma nova lei de acesso ao Direito e espera-se que do Pacto para a Justiça nasça um novo código de processo penal, concebido para o reforço das garantias e presumivelmente "menos segredo de justiça e melhor segredo de justiça", como afirmou Rogério Alves na cerimónia de abertura do novo Ano Judicial, em que formulou 12 desejos para 2007 (resumidos nestas páginas). Há alterações previstas para o mapa judiciário e está em curso a reforma do sistema de custas processuais.

A Ordem, que celebrou em 2006 os seus 80 anos, soma à sua participação nestas reformas a crítica permanente à acção executiva e a defesa pela formação comum, tendo prometido para este ano "um trabalho de fundo com as escolas de direito, aproveitando as virtualidades de Bolonha". Estes são temas de fundo na agenda do bastonário neste último ano de mandato, que mantém o desejo de promover a profissionalização da Ordem nos níveis intermédios de Gestão (mas não dos seus órgãos políticos e decisores) e ademais tem liderado o combate a uma intenção do Governo em colocar os advogados como denunciantes de

clientes em matérias de branqueamento de capitais e planeamento fiscal agressivo. Esta intenção do Governo foi revelada num pedido de autorização legislativa no âmbito do Orçamento do Estado para 2007 mas essa não foi a única má notícia da lei orçamental para a Ordem dos Advogados. Houve alterações no regime simplificado do IRS com impacto nos profissionais das sociedades de advogados e, sobretudo, foi decidido terminar com as transferências para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores dos 5,6% da taxa de justiça cível. "Não está em causa a continuidade e a actividade da Caixa", garantiu de imediato o bastonário, que começou a negociar novas formas de financiamento. ■

Bastonários e Mandatos

Bastonários	Mandatos
Vicente Rodrigues Monteiro	1927 - 1929
Fernando Martins de Carvalho	1930 - 1932
José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães	1933 - 1935
Domingos Pinto Coelho	1936 - 1937
Mário Pinheiro Chagas	1937 - 1938
Carlos Ferreira Pires	1939 - 1941
João Catanho de Meneses	1942
Acácio Ludgero de Almeida Furtado	1942 - 1944
António Emídio da Silva Sá Nogueira	1945 - 1947
Artur de Moraes de Carvalho	1948 - 1950
Adelino da Palma Carlos	1951 - 1956
Pedro Goes Pitta	1957 - 1971
Ângelo de Almeida Ribeiro	1972 - 1974
Mário Raposo	1975 - 1977
António Carlos Lima	1978 - 1980
José Manuel Coelho Ribeiro	1981 - 1983
António Osório de Castro	1984 - 1986
Augusto Lopes Cardoso	1987 - 1989
Maria de Jesus Serra Lopes	1990 - 1992
Júlio de Castro Caldas	1993 - 1998
António Pires de Lima	1999 - 2001
José Miguel Júdice	2002 - 2004
Rogério Alves	2005 -



Os 12 desejos de Rogério Alves

1. "Que as divergências quanto às soluções [no Pacto para a Justiça], não façam regressar as convulsões."
2. "Que seja valorizado, em todas as suas matizes, o disposto no artigo 208.º da Constituição sobre o patrocínio forense: 'A lei assegura aos advogados as imunidades necessárias ao exercício do mandato e regula o patrocínio forense como elemento essencial à administração da justiça'."
3. "Que o nosso Estado de Direito seja, cada vez mais, um estado de direitos. E se é verdade que a cada direito correspondem, em regra, sujeições, a verdade é que as sujeições estão, cada vez mais, a esmagar os direitos".
4. "Que esta norma [que mantém as garantias bancárias ou as penhoras por todo o tempo de duração do processo, mesmo que este se atrase por anos] e outras normas como estas, sejam revogadas. Porque nunca se deve beneficiar o infractor, mesmo quando o infractor seja o Estado."
5. "Generalização da consulta jurídica, prestada por advogado, nos termos da lei, consagrando o papel essencial do direito ao esclarecimento e à informação dos cidadãos."
6. "Que a aplicação do código de Processo Penal constitua um sucesso, conciliando o tratamento devido aos direitos das pessoas, com a eficácia das investigações, e harmonizando o que, por vezes, parece ser inconciliável".
7. "Que, com a reformatação do mapa judiciário se ganhe em organização e produtividade, sem se perder em proximidade."
8. "Que as medidas programáticas, algumas de enorme mérito, que estão em curso ou em gestação, não inibam o governo de continuar a desatar pontualmente os nós, onde esses nós são intoleráveis. Precisamos de uma justiça mais barata."
9. "Que não pague o justo pelo pecador, porque quando o justo precisa de justiça é aos tribunais que deve recorrer e assim terá de continuar a ser, não podendo ser amedrontado pelo espectro de penalizações impróprias."
10. "Que 2007 seja o ano da valorização dos recursos, como elemento essencial de aperfeiçoamento do direito e de salvaguarda dos direitos".
11. "Um voto pela justificação do optimismo. Creio que o povo português acredita no sistema judicial. Pode achá-lo inoperante, lento, caro. Às vezes algo incompreensível. Mas acha-o sério e feito de gente séria."
12. "A defesa do prestígio da justiça. Há muito a mudar e exigimos legitimamente essa mudança. Mas não é atacando, ridicularizando, apedrejando e massacrando o funcionamento do sistema que o vamos regenerar. Nada se converte à força, ainda que reclame energia. Creio que a temos também."